

Estes são os destaques do discurso

BRASÍLIA — Os principais pontos do pronunciamento do ministro da Fazenda, ontem no Senado, foram os seguintes:

■ Não é por ortodoxia que desejo uma moeda forte, mas por causa da distribuição de renda no País, pois a inflação a concentra cada vez mais.

■ Dizem que quero criar duas moedas. Só se forem três, porque duas já existem. Existe a moeda do pobre, que não consegue se proteger da inflação. E existe a daqueles que aplicam os seus rendimentos em títulos, aplicações financeiras, e conseguem, desta forma, fugir dos efeitos corrosivos da inflação.

■ Sou também senador. Eu não vou deixar o Estado, que represento, à míngua. Portanto, nunca falei em acabar com as transferências voluntárias da União para Estados e municípios. Considerei a idéia de vincular a transferência do excesso de arrecadação da União ao aumento da dos Estados, prove-niente do combate à sonegação.

■ A forma como se organizou o sistema decisório no Congresso, em matéria de orçamento, refletiu o sistema de poder. Não de forma deliberada, mas por conciliação ao longo do tempo.

■ Nunca tivemos condições tão boas para estabilizar a moeda, como agora. As exportações es-

tão crescendo, as reservas internacionais do país estão no nível de US\$ 27 bilhões, estamos colhendo boa safra agrícola, as empresas dão sinais de vitalidade e estão líquidas, e a recomposição das tarifas públicas já foi completada. Mas falta o essencial: aprovar e executar um orçamento equilibrado que seja expressão da ruptura com o desperdício, clientelismo e corrupção.

■ Além do setor elétrico são também passíveis de inclusão no programa de privatização: os portos, os transportes rodo-

viários, os aeroportos e outros que a revisão constitucional venha a permitir.

■ Devem ser eliminados os monopólios desnecessários, definindo-se com mais clareza o que é realmente

JÁ HÁ DUAS MOEDAS: "A DO POBRE E A DO RICO"

estratégico para o interesse da sociedade, e que, portanto, deve ser monopólio do Estado. É preciso definir também os setores que perderam importância estratégica.

■ O governo da União não pode mais fazer clientelismo.

■ A crise atual abre possibilidades de se ir além da punição individual. Abre a possibilidade para que se mude esse modelo orçamentário, que embute alguns pactos de elites políticas e econômicas, mesclados com interesses regionais.